

ALEXANDRE GONÇALVES RAMOS

Advogado eleitoralista em São Paulo. Pós-graduado em direito eleitoral e processo eleitoral pela Escola Paulista Judiciária Eleitoral – EJEJ. Especialista em direito público pela Escola Paulista de Direito – EPD. Professor e palestrante.

Manual das
ELEIÇÕES

2020

3ª EDIÇÃO



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

CAPÍTULO I

Os Sistemas Eleitorais	15
1.1 Introdução	15
1.2 Sistema majoritário.....	16
1.3 Sistema proporcional.....	19
1.4 Sistema misto.....	22
1.5 Modelo distrital	23

CAPÍTULO II

Organização da Justiça Eleitoral	25
2.1 Introdução	25
2.2 Funções da justiça eleitoral.....	26
2.3 Organização e competência da justiça eleitoral	31
2.3.1 Tribunal Superior Eleitoral.....	31
2.3.2 Tribunais Regionais Eleitorais.....	35
2.3.3 Juízes eleitorais	39
2.3.4 Juntas eleitorais	41

CAPÍTULO III

Condições de Elegibilidade	43
3.1 Introdução	43
3.2 Condições de elegibilidade	44
3.2.1 Nacionalidade brasileira.....	44
3.2.2 Pleno exercício dos direitos políticos	46
3.2.3 Alistamento eleitoral	48
3.2.4 Domicílio eleitoral na circunscrição:.....	50
3.2.5 Filiação partidária.....	50
3.2.6 Idade mínima	52

CAPÍTULO IV

Das Inelegibilidades	55
4.1 Conceito	55
4.2 Inelegibilidades constitucionais	60
4.2.1 Inalistáveis	60
4.2.2 Analfabetos	61
4.2.3 Inelegibilidade por parentesco	63
4.2.4 Reeleição	66
4.2.5 Chefe do Executivo Itinerante	67
4.3 Inelegibilidades absolutas infraconstitucionais	68
4.4 Inelegibilidades relativas infraconstitucionais	73
4.5 A jurisprudência dos tribunais	77

CAPÍTULO V

Convenções Partidárias	99
5.1 Convenções partidárias: regras gerais	99
5.2 Coligações	101

CAPÍTULO VI

Do Registro de Candidatos	105
6.1 Do registro de candidatos	105
6.2 O preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	106
6.3 Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura	112
6.4 O requerimento individual de candidatura	117
6.5 Nome dos candidatos	119
6.6 Substituição de Candidatos	119
6.7 Procedimento para registro de candidatura	120
6.8 Impugnação ao registro de candidatura	121
6.9 Quadro resumo do rito processual	125
6.10 Modelos	127
6.10.1 Modelo I: Inelegibilidade por analfabetismo	127
6.10.2 Modelo II: Inelegibilidade por condenação (colegiado)	130
6.10.3 Modelo III: Defesa em impugnação ao registro de candidatura	133
6.10.4 Modelo IV: Defesa em impugnação ao registro de candidatura	142

CAPÍTULO VII

Pesquisas Eleitorais	149
7.1 A pesquisa como fonte de informação e norteamto dos candidatos	149
7.2 Registro das pesquisas eleitorais.....	153
7.3 Divulgação dos resultados da pesquisa.....	153
7.4 Das impugnações.....	155

CAPÍTULO VIII

Propaganda Política	159
8.1 Conceito de propaganda política.....	159
8.2 Evolução legislativa da propaganda política	159
8.3 Propaganda partidária.....	160
8.4 Propaganda intrapartidária.....	161
8.5 Propaganda eleitoral	162
8.5.1 Princípios da Propaganda Eleitoral.....	163
8.5.1.1 Princípio da legalidade.....	164
8.5.1.2 Princípio da liberdade	164
8.5.1.3 Princípio da igualdade	165
8.5.1.4 Princípio da veracidade	166
8.5.1.5 Princípio da responsabilidade/solidariedade.....	166
8.5.1.6 Princípio da proporcionalidade/razoabilidade	168
8.6 Propaganda Antecipada	168
8.7 Requisitos da propaganda eleitoral.....	177
8.7.1 Menção à legenda partidária.....	178
8.7.2 Nome do vice e suplentes.....	178
8.7.3 Tiragem no material impresso.....	179
8.8 Propaganda eleitoral em bens	179
8.8.1 Propaganda em bem público e bem de uso comum.....	180
8.8.2 Órgãos públicos	181
8.8.3 Árvores e jardins	181
8.8.4 Mesa para distribuição de material e a proibição de cavaletes e bonecos	182
8.8.5 Sanção	183
8.9 Propaganda em bens particulares	184
8.9.1 A propaganda em veículos automotores.....	186
8.10 Comício e reunião pública.....	186
8.11 Folhetos, adesivos, volantes e outros impressos.....	187
8.12 Caminhada, passeata e carreta	188
8.13 Propaganda eleitoral com sonorização.....	188

8.13.1 Trio elétrico, minitrio e carro de som	188
8.14 A propaganda eleitoral na mídia.....	189
8.14.1 Propaganda paga na imprensa escrita	191
8.14.2 Propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.....	192
8.14.3 Propaganda eleitoral na internet.....	200
8.15 Modelos.....	206
8.15.1 Modelo I: Representação por propaganda eleitoral antecipada	206
8.15.2 Modelo II: Representação por propaganda eleitoral irregular na imprensa escrita	210
8.15.3 Modelo III: Representação por propaganda eleitoral irregular em bem público.....	213
8.15.4 Modelo IV: Representação por divulgação de pesquisa irregular no Facebook	215
8.15.5 Modelo V: Pedido de direito de resposta no horário eleitoral gratuito ..	219

CAPÍTULO IX

Arrecadação de Recursos e Prestação de Contas nas Campanhas Eleitorais.	223
9.1 Introdução	223
9.2 Administração financeira das campanhas eleitorais	224
9.3 As doações eleitorais	227
9.4 Fontes vedadas a candidatos e partidos políticos nas campanhas eleitorais .	230
9.5 Prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	234
9.6 O procedimento de verificação das contas pela justiça eleitoral.....	235
9.7 Prestação de contas simplificada.....	236
9.8 Do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).....	237

CAPÍTULO X

Condutas Vedadas aos Agentes Públicos	241
10.1 Introdução	241
10.2 Condutas vedadas previstas no art. 73 da lei das eleições (Lei nº 9.504/97)	242
10.3 Proibição de contratação de shows artísticos (LE, art. 75)	255
10.4 Proibição dos candidatos ao comparecimento de inaugurações de obras públicas (LE, art.77).....	255

CAPÍTULO XI

Organização das Eleições	259
11.1 A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos	259
11.2 A organização das mesas receptoras de votos	260

11.3 Do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos	260
11.4 O início e o encerramento da votação.....	261
11.5 Documentos para identificação do eleitor	262
11.6 Voto impresso.....	263
11.7 Nulidade da votação e seus efeitos.....	263
11.8 Fiscalização das eleições.....	267
11.9 Apuração e proclamação dos resultados	267
11.10 Diplomação e a posse dos eleitos.....	268

CAPÍTULO XII

Ações Eleitorais.....	271
12.1 Introdução	271
12.2 Representações sob o rito do art. 96 da lei das eleições (Lei nº 9.504/97)	272
12.2.1 Natureza jurídica.....	272
12.2.2 Competência.....	273
12.2.3 Legitimidade.....	274
12.2.3.1 Candidato.....	275
12.2.3.2 Ministério Público.....	277
12.2.3.3 Partidos políticos e coligações.....	278
12.2.4 Legitimidade passiva.....	280
12.2.5 Prévio conhecimento.....	282
12.2.6 Prazo para ajuizamento	284
12.2.7 Procedimento.....	285
12.2.7.1 Petição inicial.....	285
12.2.7.2 Defesa.....	286
12.2.7.3 Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	287
12.2.7.4 Julgamento	287
12.2.7.5 Recurso.....	287
12.3 Representação por captação ilícita de sufrágio	288
12.3.1 Competência.....	289
12.3.2 Legitimidade ativa	289
12.3.3 Legitimidade passiva.....	289
12.3.4 Prazo.....	290
12.3.5 Procedimento.....	291
12.4 Representação para apuração de arrecadação e gastos ilícitos (LE, 30-A) .	293
12.5 Competência	293
12.5.1 Legitimidade ativa	293
12.5.2 Legitimidade passiva.....	294

12.5.3 Procedimento	295
12.6 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	296
12.6.1 Competência	296
12.6.2 Legitimidade ativa	296
12.6.3 Legitimidade passiva	297
12.6.4 Prazo	298
12.6.5 Procedimento	298
12.6.6 Os efeitos da decisão	300
12.7 Ação de impugnação de mandato eletivo	301
12.7.1 Competência	303
12.7.2 Legitimidade ativa	304
12.7.3 Legitimidade passiva	304
12.7.4 Prazo	304
12.7.5 Procedimento	305
12.8 Recurso contra expedição de diploma	305
12.8.1 Competência	306
12.8.2 Legitimidade ativa	306
12.8.3 Legitimidade passiva	306
12.8.4 Prazo	306
12.8.5 Procedimento	307
12.9 Modelos	308
12.9.1 Modelo I: Representação eleitoral por captação ilícita de sufrágio...	308
12.9.2 Modelo II: Ação de investigação judicial eleitoral por abuso dos meios de comunicação	312
12.9.3 Modelo III: Ação de impugnação de mandato eletivo	320
12.9.4 Modelo IV: Recurso contra expedição de diploma	324

CAPÍTULO XIII

Súmulas TSE	329
-------------------	-----

CAPÍTULO XIV

Calendário Eleitoral	339
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS

.....	339
-------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

.....	391
-------	-----